

Construtivismo e psicoterapia(*)

L. JOYCE-MONIZ (**)

«During the emergence of the cognitive approaches, a 'revolution within a revolution' was occurring as cognitive theorists began to diverge in their conceptualizations of cognitive processes. This divergence, it seems, has touched upon some basic assumptions about the nature of reality (ontology), theories of knowledge (epistemology), and theories of causation. In a more elaborate discussion of these issues, it has been argued that they force a reappraisal of such classic philosophical controversies as realism versus idealism and rationalism versus empiricism.»

(M. Mahoney & T. Gabriel, 1987, p. 45)

A reflexão presente dirige-se às asserções teóricas (ou metateóricas) e metodológicas que têm vindo a definir o cisma ideológico a que M. Mahoney e T. Gabriel atribuem o estatuto de *metarrevolução* cognitivista.

(*) Aos professores A. Vaz Serra e J. Simões da Fonseca, pioneiros portugueses das orientações cognitivas em psicoterapia.

(**) Professor catedrático na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação de Lisboa.

Relativamente à primeira *revolução* dos anos setenta (e.g., Dember, 1974; Joyce-Moniz, 1981 *a*), a da década seguinte atrás, provavelmente para se quedar por muito tempo, a reflexão epistemológica para as ideologias cognitivistas da psicoterapia, e o exercício metacognitivo para a estrutura dos seus processos clínicos. Não foi tanto o psicoterapeuta que começou a interrogar-se sobre a possibilidade e transformações do conhecimento, pois de forma tácita ou explícita teve sempre de aderir a uma orientação epistemológica, mas sim o seu cliente/paciente. Dir-se-ia, assim, que o primeiro mostrou as suas intenções de acabar com a ditadura epistemológica tradicionalmente exercida sobre o segundo (Joyce Moniz, 1985). E é exemplar que este rigor «moral» passe a ser construído na praxis do exercício metacognitivo. Tradicionalmente, os cognitivistas têm colocado os seus clientes face a questões metafísicas, valorativas e normativas primeiro, e só depois introduzem, geralmente de forma pouco estruturada e/ou sistemática, a questão epistemológica. Ao contrário, os protagonistas da *metarrevolução* dos últimos anos levam os seus clientes ao pensamento sobre o pensamento, ou a reflexão sobre a significação das significações, em

conjunção permanente com as suas vivências, concretas e imediatas, ou com a produção e manifestação de crenças, valores, decisões, normas, regras, etc. A questão epistemológica não é *seguidista* nem contemplativa em relação às outras questões, mas sim *fortemente reactiva*. De forma explícita e estruturada, o cliente reflecte nos seus processos mentais para mudar as interpretações que faz da(s) realidade(s) e o modo de se relacionar com ela(s). Esta primazia do exercício do metaconhecimento sobre o ontológico, moral, social, etc., faz com que as ideologias deste segundo grupo interfiram inevitavelmente nas ideologias da epistemologia. Como se verá, os cognitivistas e *metarrevolucionários* visam, nem sempre com objectividade, impedir que a reactividade das crenças metafísicas, valorativas ou normativas, sobre o metaconhecimento substitua a reactividade deste sobre aquelas. Mas tudo depende, é claro, do próprio confronto de ideologias que, deste modo, passa a constituir uma *metaideologia* (metateoria).

1. INTEGRAÇÃO IDEOLÓGICA E DIALÉCTICA DE IDEOLOGIAS

Esta situação de multiplicidade ideológica tem dado lugar a dois projectos:

Por um lado, podemos considerar os cognitivistas que desejam acabar com o pluralismo ideológico em psicoterapia. Para eles, a integração progressiva das diferentes correntes e sensibilidades da psicoterapia de orientação cognitivista⁽¹⁾ constitui um objectivo razoável. Para afastar o espectro

(1) Para se ter uma ideia da extensão desta orientação cognitivista, recomendo livros como Kendall (1983), Mahoney & Freeman (1985), Perris et al. (*no prelo*) e Reda & Mahoney (1984), ou jornais como *Cognitive Therapy & Research* (Plenum) ou *Journal of Cognitive Psychotherapy* (Springer).

de um crescimento ideológico anárquico, ou de uma proliferação autodestruidora, apelam para um consenso processual em torno de um ecleticismo comedido (e.g., Garfield & Kurtz, 1977; Goldfried, 1980a e 1980b; Norcross, 1986). Movimentos influentes como o da *Society for the Exploration of Psychotherapy Integration* limitam-se à gestão de uma revolução cultural permanente, reunindo, por exemplo, ex-behavioristas radicais, ex-fenomenologistas, ex-racionalistas, ex-justificacionistas e outros renascidos para a abstinência ideológica. Invariavelmente, procuram descobrir os factores e/ou mecanismos comuns a todas as ideologias da psicoterapia. Resta saber se estes vectores comuns estão para os seus próprios ideólogos como o Santo Graal esteve para outros abstémios.

Por outro lado, a maioria dos metarrevolucionários optou, pelo menos tacitamente, pela prática da construção ideológica permanente. E é neste sentido que a metarrevolução é, geralmente (e.g. Mahoney & Freeman, 1985), conotada com um *sistema metaideológico* a que se dá, hoje, o nome de *construtivismo*.

Uma metaideologia pressupõe uma sujeição ao princípio de que *quanto mais ideologia, melhor*. Isto significa que, enquanto o grupo dos militantes da integração de modelos procura detectar e formalizar as construções acabadas (e.g., factores, processos) de uma única realidade consensual, os construtivistas produzem construções múltiplas (e.g., representações, significações formais) de múltiplas realidades. E relegam para o domínio da utopia a circularidade dos metamodelos que tentam integrar tudo e todos, sem ferir ninguém. Recorde-se que uma metaideologia se define pela sua dialéctica. O construtivismo vai mais longe e exige pluralismo ideológico para que essa dialéctica possa orientar um desenvolvimento metafísico individual (i.e., cada um tem «direito» à sua realidade).

2. CONSTRUTIVISMO FACE A OUTRAS METAIDEOLOGIAS

A identificação do construtivismo com o pluralismo ideológico tem um inconveniente: não se pode, virtualmente, produzir um consenso alargado sobre o que é o construtivismo.

Na sua vertente da psicologia, e da psicoterapia, o construtivismo encontra, contudo, um passado comum nas construções teorizantes de, por exemplo, Alfred Adler, Franz Brentano, Frederick Bartlett, George Kelly, Giambattista Vico, Hans Vaihinger, Immanuel Kant, Imre Lakatos, James Mark Baldwin, Jean Piaget, Silvio Ceccato e Wilhelm Wundt (e. g., Guidano, 1987; Inhelder & Caprona, 1985; Mahoney & Gabriel, 1987; Von Glaserfeld, 1979 & 1985; Watzlawick, 1979; Weimer, 1982). E os psicólogos/psicoterapeutas construtivistas não ignoram que esta metaideologia tem alastrado noutras áreas e.g., biologia (Maturana & Varela, 1980), economia (Hayek, 1952 & 1978), física (Prigogine, 1980; Prigogine & Stengers, 1984), história natural (Dobzhansky, 1962; Gould, 1980), etc. Não têm referido, todavia, autores germânicos como Gerrit Haas, Hans Albert, Hans J. Schneider, Jurgen Mittelstrass, Mathias Gatzemaier ou Paul Lorenzen, tidos como construtivistas noutros areópagos, nem áreas como a arquitectura, astrofísica, literatura, matemática ou teatro (encenação).

A acreditar que uma metaideologia se estabelece mais claramente no confronto com outras, é importante salientar que «todos» os psicólogos construtivistas arvoram uma relutância militante em relação às certezas do materialismo/empirismo e mesmo do racionalismo radical, que impera nos meios cognitivistas anglo-saxónicos. Assim, se estes clamam que *contra factos não há argumentos*, os construtivistas respondem que *contra argumentos* (i.e., significações individuais), *não há factos que resistam*. A experiência humana é lida

como uma criação activa de realidades, ou de significações da realidade, que estruturam essa realidade por meio da dialéctica epistemológica (desenvolvimento de conhecimentos e metaconhecimentos sobre as significações metafísicas, valorativas, normativas, etc.). Nesta perspectiva, em lugar de ser representada como uma entidade abstracta que se submete à causalidade linear entre o mundo externo e o mundo interno (modelos empiristas e racionalistas), a pessoa é considerada holiticamente na dialéctica desse «mundos».

Em psicoterapia cognitiva, o racionalismo radical acomoda-se, sem grande esforço epistemológico, na tradição empirista/positivista. Invariavelmente, o *grande corrector externo*, representado pela *prova empírica*, nas programações de contingências, actividades ou imersões realistas, ou pelo próprio psicoterapeuta quando transmite essa realidade nas suas racionalizações, impõe uma significação estável, coerente e universal. Na Terapia Racional Emotiva (e.g., Ellis & Dryden, 1987), na Terapia Cognitiva de Beck (e.g., Beck et al., 1979), nas intervenções sistémico-familiares (e.g., Minuchin & Fishman, 1981) ou, como se verá, nas do processamento sensorial da informação (e.g., Bower, 1981; Mathew & MacLeod, 1987), o psicoterapeuta prefere, primeiro transmitir a sua verdade epistemológica no gabinete, garantindo que ela reflecte o ponto de vista da grande maioria dos adaptados à realidade factual do Mundo, e só depois, se as suas racionalizações falham, manda o cliente entender-se directamente com a *realidade concreta do meio natural*. Por outras palavras, as racionalizações universais do terapeuta, *ao vivo*, ou lembradas durante uma programação de actividades, abrem o metaconhecimento numa única direcção: a resolução do(s) problema(s) ou a redução do(s) sintoma(s), passa por um *feedback* explícito do grande corrector externo, e por um processo *teleológico* objectivo (direcção unívoca para um

fim concreto). Dir-se-ia, assim, que na prova empírica e na correcção directa de disfunções da racionalidade, as *boas construções* pertencem apenas ao meio externo e/ou ao psicoterapeuta, e que o cliente se limita a copiar essa realidade ou, o que é mais provável a descodificar as cabalas epistemológicas do terapeuta.

Em psicoterapia, o construtivismo (e.g., Guidano, 1987; Guidano & Liotti, 1983; Ivey, 1986; Joyce-Moniz, 1985; Mahoney, 1985; Mahoney & Gabriel, 1987) tem uma expressão individual, pois tanto o terapeuta como o cliente são criadores «livres» de significações, valoradas como únicas; e uma expressão relacional, pois considera-se que as construções (e.g., significações, acções concretas) individuais tanto estruturam, como são estruturadas pela dialéctica activa que se estabelece entre ambos os interlocutores. O metaconhecimento dos processos e produtos da construção individual estrutura o metaconhecimento dos processos e produtos da construção relacional, e vice-versa. Não há uma autoridade epistemológica exemplarmente estabelecida, como sucede nos modelos racionalistas/positivistas, mas uma luta epistemológica que se vai explicitando através da construção de novas interpretações para a realidade, novas valorações dessas interpretações, e novas regras para sistematizar essas significações. É neste sentido que se pode falar de dialéctica entre antecipações/*feedforward* e retroacções/*feedback*, em vez do recurso a um grande corrector externo, e de um processo *teleonómico radical* (destinos e direcções são múltiplos e imprevisíveis), ou *teleonómico ontogénico* (direcção ou dialéctica de construção para objectivos cada vez mais abertos, flexíveis e generalizáveis), em vez da acomodação a uma teleologia objectiva.

O confronto da metaideologia construtivista com as metaideologias do empirismo, positivismo ou racionalismo recorre, pelo menos implicitamente, a critérios epistemo-

lógicos de acesso, pelo cliente e pelo psicoterapeuta, a conhecimentos adaptativos, e ao controlo efectivo desses conhecimentos. Como se mencionou, a epistemologia tem uma função reactiva, por exemplo, sobre a *ontologia*. Neste sentido, para qualquer terapeuta cognitivista faz bem mais sentido falar da dialéctica entre determinantes, factores ou reguladores *externo e interno*, do que na dialéctica entre o físico/corpo e o mental/espírito. Neste sentido, metaideologia construtivista tem de responder a critérios ontológicos (e.g., Bunge & Ardila, 1987) com uma *boutade* tautológica: não é monista (identidade corpo/espírito), nem é dualista (dualidade corpo/espírito) mas, simplesmente, construtivista (corpo/espírito = construções). O que implica alguns compromissos, por exemplo:

- a) Terapeutas construtivistas, como os seus colegas do *materialismo emergentista* (e.g., Bunge & Ardila, 1987), acreditam que a actividade mental é (idêntica à actividade do cérebro/sistema nervoso central. E, uns e outros, colocam grande fé na *psicobiologia*, para lhes revelar os determinantes biológicos/neurológicos de comportamentos complexos (e.g., exercício metacognitivo).
- b) Terapeutas construtivistas, contrariamente aos seus colegas do *materialismo emergentista*, já não acreditam que a actividade mental possa ser submetida a um determinismo positivista, que exclua a possibilidade de dialéctica: «*Consistent psychobiologists... intend to discover the neural systems that discharge behavioral or mental functions, much as the legs do the walking and the digestive tract does the digesting.*» (Bunge & Ardila, 1987, p. 13). Os construtivistas concordam que a estrutura faz a função, mas insistem que a função também faz a estrutura (e. g., Dobzhansky,

1962; Mahoney, 1985, Piaget, 1968; Waddington, 1957). Ao dualismo ontológico dos materialistas emergentistas (i.e., o biológico prevalece sobre o mental), opõem a primazia da *ontogênese* dialéctica (i.e., na acção, o biológico e o mental constróiem-se mutuamente, ordenadamente e progressivamente). É esta visão «histórica» do organismo, e das suas representações, que explica o desenvolvimento da própria relação organismo-meio. Pensar, andar, e provavelmente digerir, têm uma história neurológica indissociável de uma história dialéctica.

3. TRÊS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAR TRÊS TEORIAS DO CONSTRUTIVISMO

Ao colocar o construtivismo face a outras teorias, ou modelos de modelos, em relação a critérios de reactividade entre processos epistemológicos e metafísicos, ou de separação ontologia/ontogênese, estou, de facto, a procurar estabelecer as bases de um consenso mais ou menos explícito entre autores construtivistas da psicologia/psicoterapia. Mas dou mais relevo ao confronto das várias ideologias, que outros chamariam teorias, modelos, paradigmas, etc., que compõem o sistema construtivista, do que às fronteiras «filosóficas» que este apresenta a outras metaideologias. Como referirei, essas fronteiras tendem a prolongar-se no próprio interior do sistema construtivista. Este permite, pois, a coexistência de diversas ideologias que se inserem no que Lawrence Laudan (1977 & 1981) denomina de *tradição de pesquisa* («*research tradition*»): a) um conjunto de crenças sobre as representações e os processos que constituem a área de reflexão (metaideologia «científica»); b) um conjunto de normas epistémicas e metodológicas sobre como deve ser efectuada essa reflexão. Ao contrário de outras, esta tradição pro-

cura explicitar os seus consensos, ou cometimentos fundamentais («*core commitments*»), assim como a sua diversidade conceitual.

Os três critérios, que se seguem, não representam um conjunto normativo b) que vai disciplinar um conjunto metafísico a), mas uma aplicação a) a b), i.e. representações de processos que podem servir de cometimento metodológico para os psicoterapeutas construtivistas:

I — *representação estrutural dos processos de construção de significações*

Neurological maps, grouping of impulses, memory nodes, skills, irrational thoughts, thought invariants, cognitive dysfunctions, mental operations, core assumptions, etc., são representações estruturais que aparecem com frequência na literatura anglo-saxónica de psicoterapia cognitiva. Em termos histórico-revolucionários, ao mundo positivista dos átomos estimuladores, átomos respondedores, etc. (e.g., condicionamento respondente e operante), sucede o mundo das totalidades estruturadas por elementos cognitivos.

A representação estrutural de processos mentais constitui, desta forma, um cometimento que os psicoterapeutas construtivistas partilham com outros cognitivistas. Porém, as maiores responsabilidades na definição de estruturas cabem aos primeiros, pois são os únicos que visam, explicitamente, representar processos de construção de significações. Quer isto dizer que as leituras que o cliente faz da realidade, e do modo como se relaciona com ela são, no entender dos construtivistas, integráveis em sistemas estruturais que explicam o processo de construção. Essas responsabilidades reflectem-se, por exemplo, no próprio modo de representação estrutural. Assim, um modo *figurativo* (analógico) de caracterizar a estrutura conduzirá à preferência

por *super-estruturas que têm uma configuração concreta* (e.g., memória do computador, sistema nervoso central) ou *abstracta* (e.g., identidade, auto-esquema (*self-scheme*)). E um modo *operativo* (lógico) levará, por sua vez, à preferência por *estruturas dialécticas* (abstractas do ponto de vista do formalizador) de *acção e metacog-nição*. O modo figurativo expressará, naturalmente, a dialéctica externo-interno, e conhecimento do próprio *versus* conhecimento do mundo exterior, subordinando a acção à representação metafórica, enquanto que o operativo expressará essa dialéctica, de conhecimentos submetendo a representação analógica à representação lógica (no sentido piagetiano) da acção.

II — *representação dialéctica dos processos estruturais*

Enquanto disciplina das mudanças e das contradições, a *dialéctica* é, talvez a melhor representação dos processos estruturais referidos. Com efeito, a dialéctica pode explicar, ou servir de metáfora para, como é que os elementos cognitivos estruturam a totalidade e são estruturados por ela. É neste sentido, por exemplo, que se pode representar o processo terapêutico como uma sucessão de teses, antíteses e sínteses, envoltas em várias interdependências, contradições e resistências (e.g., Ivey, 1986; Ivey & Gonçalves, 1986). Os confrontos dialécticos pessoais (dialéctica interior) geram a dialéctica interpessoal (e pessoa/mundo físico) e esta engendra aqueles num movimento histórico estruturado. A psicoterapia pode, deste modo, ser conceptualizada como uma dialéctica entre duas epistemologias (Joyce-Moniz, 1981b, 1985, 1986), e o crescimento epistemológico como resultado de uma dialéctica estrutural (Piaget, 1967 & 1980).

Existem, contudo, duas dialécticas tradicionais: a que se inclina para a *metafísica*

das mudanças e das contradições, e a que visa representar um *método* de mudança e relação (e.g., Overton, 1978; Popper, 1963; Riegel & Meacham, 1978; Tolman, 1981). No primeiro caso, a dialéctica é identificada a um processo real, porque a própria realidade é dialéctica em todas as suas manifestações. *Natureza, história* ou *pensamento* evoluem dialecticamente, isto é, de contradição em síntese e de síntese em contradição: ontologia e dialéctica confundem-se para assimilar a «emergência» constante da realidade. Como método, a dialéctica é, apenas, *uma* forma de leitura para o desenvolvimento do conhecimento.

Nem sempre é fácil distinguir uma representação metafísica de uma metodologia nas representações actuais da dialéctica dos processos mentais (Broughton, 1977; Buss, 1976; Georgoudi, 1983; Reese, 1982; Riegel, 1975 & 1976; Rychlak, 1976; Wosniak, 1975). Mas é possível notar uma clara convergência nos dialecticistas anglo-saxónicos quando manifestam a sua aversão ao estruturalismo. Este é visto como um simples prolongamento da *vermögenspsychologie* do século XVIII: totalidades estruturais, variáveis abstractas, ou estados de equilíbrio, ainda que sejam concebidos como condições epistemológicas provisórias, são rejeitados pelo sacrossanto cometimento (desta «tradição») de que a significação, pessoal e social, só pode provir da apreensão de uma *continuidade* contraditória. A única super-estrutura que se pode reconhecer na tradição pós/pró-hegeliana é a própria totalidade das relações contraditórias da realidade. Ou então, a primazia do concreto, da realidade e da contradição constitui o que se pode designar de *estrutura* da dialéctica, pois pretende definir as condições de encontro, confronto, transformação e evolução dessa totalidade.

A rejeição do estruturalismo pela tradição pós/pro-hegeliana e a sua adopção pela tradição construtivista leva esta a considerar apenas parte das primazias daquela.

Assim, por exemplo, os proponentes de super-estruturas com uma configuração concreta tenderão para aceitar tanto a primazia do concreto, mas não a da contradição (e.g., memória do computador), como a primazia da contradição, mas não a do concreto (e.g., sistema nervoso central); os preponentes de super-estrutura com uma configuração abstracta também tenderão para a mesma divisão (e.g., *self-scheme* aceitará concreto, mas não contradição; *self-identity* aceitará contradição, mas não concreto); os adeptos de estruturas dialécticas tentarão considerar a própria *dialéctica entre concreto e abstracto e contradição vs. não-contradição*.

III — Representação de equilibração dos processos dialécticos

«Virtually all our intervention attempts stem from a metatheory that uses harmony, balance, or equanimity as its tacit direction.»

(Mahoney, 1985, p. 27)

É também minha crença que a *dialéctica da equilibração* de estruturas cognitivas constitui o maior cometimento da tradição construtivista em psicoterapia. O que, afinal, prolonga a tradição das teorias motivacionais dos anos cinquenta (e.g. Festinger, 1957; Heider, 1958; Osgood & Tannenbaum, 1955), e das teorias existencialistas que se seguiram (e.g., Bugental, 1965 & 1978; Maslow, 1971).

Por exemplo, pode considerar-se que a pessoa tende para manter a consistência entre os elementos de um sistema cognitivo (Petty & Cacioppo, 1981) sem especificar as condições dialécticas dessa tendência. É este o caso da maioria dos modelos familiares-sistémicos (e.g., Haley, 1976; Minuchin & Fishman, 1981; Napier & Whitaker, 1978). Mas a tradição construtivista defende que a própria consistência é uma

representação provisória (e frágil) de um processo dialéctico de construção estrutural. Nesta óptica, a representação é bipolar: ao equilíbrio (harmonia, consistência, etc.) sucede sempre o desequilíbrio (ruptura de harmonia, consistência, etc.), ou à possibilidade de equilibração, a possibilidade de desequilibração. O equilíbrio tende a ser assimilado à perturbação, ou destruturação, e o processo terapêutico visa repor uma nova harmonia pela reestruturação dos elementos perturbadores.

Os advogados das configurações concretas de tipo memória do computador, e abstractas em termos de auto-esquema, caíem, a meu ver, numa *dialéctica circular* entre polos adaptativos e polos inadaptativos. Os das configurações como o sistema nervoso central e a auto-identidade optam por uma *dialéctica continuamente destruturante*. Ao contrário, o modelo de estruturas dialécticas representa a dialéctica como uma *construção epistémica majorante*: o desequilíbrio, ou perturbação de conhecimentos, só pode ser definido pelo (re)equilíbrio, ou novos conhecimentos, que dele emerge (Moessinger, 1977). Não há circularidade, mas sim sucessão (em espiral se se lhe der uma configuração) de equilíbrios/harmonias e de desequilíbrios/inconsistências que reflectem uma aquisição de conhecimentos cada vez mais abertos, flexíveis e generalizáveis (Joyce-Moniz, 1985).

A questão da circularidade vs. sucessão de processos de equilibração está, como se referirá, indissociada da questão dos mecanismos/estratégias de *auto-regulação* em psicoterapia construtivista.

Como foi sugerido, estes três critérios, que incluem representações de processos estruturais, dialécticos e de equilibração, vão servir para comparar três ideologias: a do PROCESSAMENTO SENSORIAL DA INFORMAÇÃO (e.g., configurações de tipo memória do computador e auto-esquema), a do PROCESSAMENTO MOTÓRICO DO CONHECIMENTO (e.g., confi-

guração de tipo sistema nervoso central e auto-identidade), e a do PROCESSAMENTO DIALÉCTICO DO (META)CONHECIMENTO (e.g., estruturas dialécticas e sistemas de significações correlativos).

Enquanto que o processamento motor do conhecimento (Arnkoff, 1980; Guidano, 1987; Guidano & Liotti, 1983; Mahoney & Gabriel, 1987) e o processamento dialéctico do metaconhecimento (terapeutas piagetianos portugueses, neste artigo) estão claramente conotados com o construtivismo, o processamento da informação, no dizer dos «motóricos» (Arnkoff, 1980; Guidano, 1987; Mhaoney, 1984k & 1985; Weimer, 1977 & 1982), não pode abrigar uma representação de construção. O processamento da informação é *sensorial* porque o computador (ou outra super-estrutura) não transforma a *realidade* transmitida pelos receptores (*inputs*) superficiais. No que me diz respeito, penso que esta ideologia merece o mesmo tratamento conceitual que as outras duas, para se poderem comparar as respectivas representações.

4. PROCESSAMENTO SENSORIAL DA INFORMAÇÃO EM PSICOTERAPIA

A metáfora do computador é, sem dúvida, a mais popular em psicoterapia cognitiva (e. g., Bower, 1978 & 1981; Carver & Scheier, 1982; Ingram, 1984; Martín, 1984 & 1987; Mathews & MacLeod, 1987). Em geral, o computador comporta alguns componentes básicos: receptores sensoriais, que recebem a informação do meio; uma *memória*, que não só armazena mas, no dizer da maioria dos autores, processa as representações da informação; e geradores de respostas, que activam os produtos estruturais da memória. Todavia, um exame rápido das funções desses componentes mostra que os sistemas sensoriais e respondentes são largamente subsidiários do sis-

tema mnemónico. A memória é, de toda a evidência, a super-estrutura que tudo estrutura sem se deixar estruturar por nada.

Para processar a informação sensorial, a super-estrutura abriga um sistema complexo de nódulos, núcleos, ligações, etc., e de compartimentos (*stores*) especializados. Por exemplo, conhecimentos e capacidades permanentes estão guardados numa memória a *longo termo* (Bower, 1978 & 1981); a *memória perceptiva* inclui mapas cognitivos que classificam a informação sensorial (*idem*); por sua vez a memória permanente pode ser *declarativa*, ou comunicada verbalmente, ou *procesual*, sem conteúdo verbal explícito (e. g. Martín, 1987). Estes compartimentos são acumuladores e selectores de totalidades estruturadas diversas (e. g., *perceptual knowledge, declarative knowledge, procedural knowledge, memory nodes, graph structures, stereotypes, plans*).

Mas nem todas as metáforas do processamento sensorial da informação têm uma configuração tão concreta (e *especialmente* sugestiva) como o computador e a sua memória. A noção de *esquema* tornou-se a nova *super-estrutura* dos «sensorialistas», *tão super* que encerra outras super-estruturas (i. e., auto-esquema, auto-eficácia):

«Cognitive schemata, in general, are the set hypothetical constructs that include all the individual's knowledge at any given moment about himself or herself and his or her world... A particularly important subtype of schemata is the self-schema... Self-schemata represent structural constellations of knowledge and attributes about oneself derived from previous experience... One component of self-schemata... is the concept of self-efficacy.»

(Turk & Speers, 1983, pp. 4,15 & 16)

Da mesma forma, um dos componentes, *auto-esquema* (ou constelação de esquemas mnemónicos), parece merecer as melhores

atenções dos autores (e. g., Beck et al, 1979; Goldfried & Robins, 1983; Meichenbaum & Gilmore, 1984; Turk & Speers, 1983). Mesmo Albert Bandura, o celebrado conceptualizador da auto-eficácia (1977), tem vindo a ser atraído pela configuração do auto-esquema (i. e., *self-system*) (Bandura, 1978 & 1985). À semelhança das super-estruturas dinâmicas (e.g., personalidade, ego, super-ego), o auto-esquema tem uma tonalidade claramente *emocional* (e. g., Bower, 1981; Ingram, 1984; Meichenbaum & Butler, 1980; Rachman, 1981; Turk & Speers, 1983) embora todos o pintem como uma configuração «cognitiva»:

«The ideational component of a schema consists of the representation of some defined stimuli domain... Schemata also consist of affective valences related to the stimuli domain.»

(Turk & Speers, 1983, p. 4)

Será que tanto a metáfora «concreta» da memória do computador como a «abstracta» do auto-esquema (e/ou auto-esquemas) escondem a nostalgia do realismo/positismo?

Da perspectiva dos *motóricos*, os *sensorialistas* do processamento da informação nunca esconderam coisa nenhuma:

- a) em relação à metáfora concreta, Mahoney é explícito: «*Conventional models of cognition have portrayed the human brain as an active but subservient witness of experience — a logical collector of pieces to a large puzzle. This model is reflected in an emphasis on sensory input and preoccupation with stimulus-response analyses.*» (1985, p. 14)
- b) por sua vez, Weimer parece visar tanto a concreta como a abstracta: «*The (information-processing) 'revolution' has been to abandon storage*

and surface elements in favor of the 'storage' of deep rules for the generation of elements.» (1977, p. 271)

A minha perspectiva vai no mesmo sentido, embora pense que não se pode negar o direito ao processamento sensorial da informação de se abrigar também na tradição construtivista.

Com efeito, a existência de um universo exterior já organizado, onde o indivíduo vai perceber os conhecimentos, reduz a actividade das super-estruturas memória e auto-esquema a simples associações cumulativas da informação do meio. A super-estrutura abstracta tem, talvez, a vantagem de ser a representação *hierarquizada* (e não estratificada como a memória) de super-estruturas populares (e. g., personalidade, identidade, «eu»). Mas ambas permanecem completamente abertas aos ditames do mundo exterior. As suas regras visam a composição, mais por acumulação de elementos do que pela sua transformação, de conhecimentos estabelecidos *apriori* no meio. As suas funções estruturantes são escassas, uma vez que as totalidades, ou esquemas, produzidos nas super-estruturas resultam da construção de uma cópia da realidade factual.

Estas super-estruturas são *figurativas* no sentido piagetiano do termo (e. g., Piaget & Inhelder, 1963): visam representar imgeticamente os processos mentais, submetendo as acções/transformações à representação de um estado de permanência e unidade. Tanto o computador como o(s) auto-esquema(s) convertem-se em entidades organizadas de *registo* e *conservação* de experiências individuais, mas também organizam as acções/ transformações noutras configurações estruturais: auto-eficácia, imagem do próprio, atributos, nódulos, gráficos, estereótipos, etc. A actividade *construtiva* destas metáforas consiste, assim, em passar de configurações maiores para configurações menores. A memória estratifica

os conhecimentos em sectores ou compartimentos, dando-lhe uma ou mais configurações computarizadas. O auto-esquema, que também se serve da memória pois é o grande assimilador de experiências passadas, hierarquiza esses conhecimentos em *atributos* mais ou menos globais.

Que tipo de relações dialécticas estabelecem estas super-estruturas com a realidade?

Referi antes que os adeptos do processamento sensorial da informação se inserem parcialmente noutra tradição, a pós/pro-hegeliana, pois dão a primazia ao *concreto* mas não à *contradição*.

Lembro, primeiro, que, na ideologia hegeliana, a realidade não é uma entidade abstracta, mas algo de concreto, que comporta diferenças e oposições (Lawer, 1975). Marxistas e behavioristas acreditam, por exemplo, que todo o conhecimento é determinado pela realidade objectiva. Embora nem todos acreditem na filiação hegeliana.

Nesta tradição, o pensamento é identificado a um processo de relacionamento com o *concreto* multideterminado. Daqui, a insistência dos autores neste tema: a) o indivíduo deve ser considerado nas suas acções concretas num mundo social concreto (Rychlak, 1976); b) a dialéctica deve ser considerada de uma perspectiva materialista, salientando as experiências pessoais vividas no real, e não filtradas abstractamente (Georgoudi, 1983); c) desviar a dialéctica para os processos cognitivos equivale a negar a sua existência no mundo concreto (Georgoudi, 1983).

Creio que os *sensorialistas* privilegiam, igualmente, o contacto com a realidade objectiva, e traduzem essa prioridade na principal das suas *metodologias*: a testagem da realidade (*reality-testing*). Na programação de *actividades de prazer e mestria* (Beck, et. al., 1979) como numa programação *operante de contingências reforçantes*, larga-se o cliente na realidade, esperando que ele tire benefício dessa dialéc-

tica concreta. Na *inoculação do stress* (Meichenbaum, 1977), ou na *terapia racional-emotiva* (Ellis, 1962; Ellis & Dryden, 1987), a realidade é revelada através das racionalizações do terapeuta que a descreve, sugere ou descodifica, em termos concretos.

Porém, o conceito de totalidade dos dialécticos hegelianos não tem nada a ver com as super-estruturas dos sensorialistas do *information-processing*. Para aqueles, a realidade é uma (super) totalidade, estruturada por ligações objectivas mas em oposição. Qualquer outra entidade também não tem existência própria, pois só se concebe na sua relação com outra(s) (Reese, 1982). A dialéctica hegeliana é formada por acções relacionais, que traduzem a interdependência concreta entre o sujeito e o objecto (Riegel, 1975). O primado da relação está, como é sabido, associado ao da *contradição*, pois esta processa aquela em movimento contínuo. Por outras palavras, na tradição hegeliana:

- a) a *contradição* assume um papel constitutivo e regulador do processo dialéctico;
- b) este traduz as tensões inerentes à reunião de contrários, pois as coisas e os fenómenos são inevitavelmente contraditórios;
- c) as *contradições* não são entidades opostas, nem significações bipolares, mas totalidades em desenvolvimento contínuo (e. g., Buss, 1976; Georgoudi, 1983; Rychlak, 1976).

Para os adeptos do *reality-testing*, que reúne sensorialistas (e. g., Bower, 1981; Goldfried & Robins, 1983; Ingram, 1984; Martin, 1987; Mathews & MacLeod; Turk & Speers, 1983) com racionalistas aparentados ao processamento sensorial (e. g., Beck, 1987; Meichenbaum & Gilmore, 1984) e não aparentados (e. g. Ellis, 1962; Ellis & Dryden, 1987), a realidade não

deve ser intrinsecamente contraditória. De outro modo, poderiam eles confiar os pensamentos e as atitudes dos seus clientes a essa realidade correctora? Poderiam eles sistematizar uma resposta positiva, uma aptidão adaptativa, ou um pensamento racional no cliente, se este tivesse condenado a evoluir contraditoriamente numa realidade contraditória? Parece-me que não. Os terapeutas da testagem da realidade realçam, ao contrário, apenas o que é concreto, positivo, estável e previsível, nos seus métodos de exposição ao vivo, modelagem ou *scripts* de auto-instruções e reestruturação de pensamentos irracionais. Nesta óptica, as contradições do cliente são, de facto, condições de erro, insuficiência e irracionalidade. O objectivo da intervenção é anular essas condições por intermédio do *feedback* corrector que o cliente retira da sua relação com uma realidade *já constituída*. Contrariamente à ideologia hegeliana, os terapeutas do processamento sensorial da informação pretendem ajudar os seus clientes a saírem das suas contradições, sem cair em novas contradições.

As super-estruturas do computador e do auto-esquema impõem, deste modo, uma regulação *dura* aos processos dialécticos que se desenrolam no seu seio. É quase sempre uma luta fraticida entre estruturas/esquemas/nódulos *positivos, funcionais e adaptativos*, existentes no meio concreto e nas racionalizações do terapeuta, e os seus correlativos *negativos, disfuncionais e inadaptativos*, que constituem a «perturbação» do cliente:

«A schema can create bias in two primary ways: by influencing the information that is encoded... and by selectively or inaccurately retrieving information that has otherwise been processed.

(Goldfried & Robins, 1983, p. 43)

«Individuals who maintain dysfunctional schemata will attempt to assimilate

late new information into the existing schemata, and to ignore, devalue, or disregard discrepant schema-inconsistent facts.»

(Turk & Speers, 1983, p. 24)

«As depressed individuals continue to select, process, elaborate, and encode proportionally more depressive information (because of its consistency with their current cognitive contents), the steady flow of this negative information should continue to channel activation to the depressive node.»

(Ingram, 1984, p. 460)

Poderá, então, falar-se de auto-regulação nesta representação dialéctica?

Nesta dialéctica entre estruturas boas e más, a intervenção privilegia a *regulação* imposta pelo meio, o que se traduz no rendimento concreto (*performance accomplishments*), e na observação das acções dos outros (Bandura, 1977). A única *auto-regulação* admissível parece ter uma expressão emocional:

«When people commit themselves to explicit standards or goals, perceived negative, discrepancies between what they do and what they seek to achieve create self-dissatisfactions that serve as motivational inducements for change.»

(Bandura, 1985, p. 93)

A regulação *dura*, imposta pelas super-estruturas aos seus elementos (i. e., estruturas/esquema/nódulos), é o resultado, por sua vez, da regulação *dura* imposta pela realidade a essas super-estruturas. E, com estas imposições sucessivas, dificilmente se pode falar de um processo de equilibração.

5. PROCESSAMENTO MOTÓRICO DO CONHECIMENTO EM PSICOTERAPIA

Um exame superficial da ideologia motórica poderia sugerir um regresso à psico-

logia das profundidades. Com efeito, os seus adeptos em psicoterapia têm conceptualizado uma cosmologia individual com estruturas *profundas* e *superficiais* (Arn-koff, 1980), sistemas *tácitos* e *explícitos* (Guidano, 1987; Mahoney, 1985; Mahoney & Gabriel, 1987), ou *hard-core metafísico* vs. *modelos representacionais* (Guidano & Liotti, 1983 & 1985).

Porém, de forma mais ou menos clara, os *motóricos* atribuem uma dialéctica a essas estruturas. E imaginam configurações estruturais para gerir essa dialéctica:

«The nervous system can be viewed as a survival-enhancing structure the primary functions of which include the maintenance of basic life-support systems... we seem to be neurologically 'wired' to classify our experiences.»

(Mahoney, 1985, p. 18)

«As a result of the successive classification of impulses at different levels of CNS activity, it becomes obvious that the 'signals reaching the higher and more comprehensive centres will often not represent individual stimuli, but may stand for classes or groups' (*). These groupings of impulses will thus represent, rather than directly reflect, their external sources. The form of representation will be structural, or topological, and Hayek employs the simile of a map to characterize this... The map provides a semipermanent structure that is the framework within which further impulses are classified.»

(Weimer, 1982, p. 267)

O mapa, ou o sistema nervoso central, são configurações, ou metáforas, sugestivamente concretas, de uma *super-estrutura*.

(*) Weimer cita Hayek, fundador desta ideologia.

Esta não se assemelha à memória do computador. Neste sistema, a informação é veiculada *upstream* (da periferia para o centro), e o órgão mnemónico limita-se a elaborar sobre o conhecimento *preformado* no meio. No sistema nervoso central (dos motóricos), a informação é distribuída *downstream* (do centro para a periferia), e o conhecimento está preformado na própria super-estrutura. No processamento sensorial da informação, as super-estruturas permanecem abertas aos invariantes exteriores, ainda que estes só transformem os seus elementos (e. g., produtos da memória). No processamento motórico do conhecimento, as super-estruturas *antecipam* esses invariantes. Essa antecipação está representada em «regras abstractas»:

«If, indeed, all we are aware of are concrete particulars, this does not preclude our being aware of them only because the mind is capable of operating in accordance with abstract rules which we can discover in that mind, but which it must have possessed before we were able to perceive the particulars from which we believe the abstractions to be derived.»

(Hayek, 1978, p. 37)

«As Leibniz indicated in the *Monadology*, all of what we call knowledge is *a priori* — it consists in our gradual realization of information which is already present in the unconscious processes constituting our tacit mind.»

(Weimer, 1980, p. 383)

Esquemmatizando:

- a) as funções do sistema nervoso central podem ser *estratificadas*, ou ordenadas, estruturalmente, para representar os processos de conhecimento (Mahoney, 1985);

- b) as funções estruturantes mais primitivas (ou preformadas) são as mais abstractas e integrativas (regras abstractas);
- c) apesar de haver coaligação e competição entre as estruturas do sistema (Hayek, 1964; Mahoney, 1985), a super-estrutura/sistema privilegia os processos de *feedforward* (i. e., a função orgânica antecipa a estrutura abstracta).

O sistema nervoso central é uma super-estrutura que, bem mais do que o computador, tudo estrutura sem se deixar estruturar por nada. Por consequência, esta super-estrutura, que impõe uma dialéctica autoritária aos seus elementos, não constitui uma boa metáfora para representar a dialéctica das super-estruturas abstractas dos *motóricos* (e. g., tácitas/explicitas).

Vittorio Guidano é um autor que merece uma referência mais alongada (Guidano 1987; Guidano & Liotti, 1983 e 1985). Apresenta, a meu ver, a única teoria do *self* — entre umas boas dezenas — com uma aplicação possível em psicoterapia e psicopatologia. Honra lhe é devida, por ter conseguido fazer uma síntese, em termos clínicos, de modelos epistemológicos bem diferentes (e. g., Bowlby, Lakatos e Piaget). A sua teoria é complexa e difícil de sintetizar. Assumindo o risco, refiro, apenas, as suas representações estruturais e dialécticas:

- a) o conhecimento está organizado em dois níveis estruturais: o *hard-core* metafísico, que corresponde às estruturas profundas/tácitas, e os *modelos representacionais*, que correspondem às estruturas superficiais e derivam das profundas;
- b) o *hard-core* elabora, progressivamente, as regras abstractas, ou «quadros de referência» estruturais, que são subsequentemente representadas ex-

plicitamente em *modelos* da realidade; o movimento de *feedforward* do *hard-core* pressupõe a construção de configurações/analogias;

- c) as estruturas profundas mais conotadas com a pessoa (*self*) têm uma natureza emocional e, assim, coordenam tanto as emoções como a imaginação;
- d) a *identidade* (pessoal) e os *modelos da realidade* constituem os modelos representacionais; a *personal identity* é uma super-estrutura que expressa uma dialéctica entre as estruturas tácitas conotadas com o *self* e as configurações da auto-imagem (i. e., crenças, memórias e atributos que dão um sentido pessoal de unidade e continuidade); os *modelos da realidade* são estruturas cognitivas (Guidano & Liotti, 1985) que representam as configurações do mundo exterior;
- e) os dois níveis estruturais, tácito e explícito, não são os polos de um contínuo, mas duas *dimensões irreduzíveis* (Guidano, 1987) que estabelecem uma dialéctica constante; *a oscilação contínua não permite momentos de equilíbrio*;
- f) os processos de vinculação (*attachment*) são determinantes na constituição do *hard-core* referente ao *self*; a ligação da pessoa com os pais nos estádios iniciais do desenvolvimento, tal como concebida por Bowlby (1969 e 1983), vai influenciar profundamente a constituição da identidade pessoal; esta é o produto da imitação pela criança dos papéis e atitudes parentais, ou seja, as estruturas tácitas da criança são o resultado da *modelagem* de estruturas tácitas parentais; a imitação de modelos disfuncionais (Guidano, 1987), por exemplo, permite constituir uma identidade pessoal na criança que, quando esta se tornar adulta e pro-

criar, vai explicitar-se numa atitude parental igualmente disfuncional;

g) recentemente, Guidano (1987) expandiu a noção de identidade pessoal numa outra super-estrutura: organização cognitiva pessoal (*personal cognitive organization*); trata-se, assim, de um sistema que transforma as experiências pessoais em estruturas do *self*; por um lado, inclui as estruturas tácitas conotadas com o *self*: esquemas emocionais, e regras abstractas, que dão um sentido de unidade/individualidade e continuidade; por outro, permite às super-estruturas uma *abertura* em direcção aos níveis superficiais e explícitos; a organização cognitiva pessoal traduz tanto a dialéctica do *inconsciente motorico* (i. e., competição entre estruturas tácitas do *self*), como a dialéctica «consciente» entre a profundidade abstracta e a superfície com configurações concretas; a perturbação, neurótica e psicótica (Guidano, 1987), é a manifestação de um processo pouco flexível e generativo (i. e., com possibilidade de se auto-transformar) de *desenvolvimento* da *P. C. Org.*; este sistema evolui para uma condição *neurótica*, quando a dialéctica do inconsciente não está suficientemente articulada com a dialéctica do consciente; para uma condição *psicótica*, quando a dialéctica do consciente prevalece sobre a do inconsciente, no sentido de ruptura da unidade e continuidade da *personal identity*.

Concluindo, este autor dá uma nova perspectiva, precisamente a construtivista, à Psicologia do Self, propondo um modelo ontogenético para explicar a dialéctica das significações que a pessoa se atribui, e das super-estruturas do *self* subjacentes.

Talvez seja, agora, oportuno chamar a atenção para alguns encontros significativos entre o processamento sensorial da informação e o processamento motorico do conhecimento:

1. As tendências preformistas, tendo estas uma conotação bem contrária ao construtivismo, dominam ambas as vias epistemológicas. Para os sensorialistas o conhecimento *já* está constituído na realidade concreta; as construções do indivíduo são aproximações de um único modelo epistemológico; os mecanismos de percepção e de retenção dessa realidade não privilegiados nas super-estruturas. Para os motoricos, o organismo *prefigura*, abstractamente, esse, conhecimento; as construções do indivíduo são actualizações explícitas de regras abstractas, que se constituíram muito, mas mesmo muito, antes do aparecimento objectivo do pensamento abstracto; os mecanismos de irradiação (*feedforward*) dos determinantes tácitos são enfatizados nas super-estruturas.

2. Em ambas as ideologias, as tendências analógicas, representativas e figurativas dominam as concepções de estruturas.

3. Uma *dialéctica* «dura», *bi-dimensional* e/ou bipolar, e *contínua* está subjacente a todos os processos de construção. Para os sensorialistas, a regulação imposta pela realidade processa-se entre esquemas/nódulos positivos, funcionais e adaptativos, e os seus correlativos negativos, disfuncionais e inadaptativos. Como a regulação do meio assenta em bases materiais (concretas), esta *dialéctica bipolar* tende para o «tudo ou nada», ou «pegar ou largar» (regulação que, como se verá, denominamos de *inversão*). Para os motoricos, existe, aparentemente, uma *dialéctica contínua* entre estruturas profundas e superficiais. Como a regulação do sistema é atribuída, acima de tudo, às estruturas tácitas, a *dialéctica do inconsciente* prevalece sobre a *dialéctica do consciente*. Por outras palavras, a competi-

ção relativa entre estruturas tácitas parece ser bem mais determinante que as relações, oscilantes em permanência, entre a superfície e a profundidade.

É, igualmente, na representação da dialéctica estrutural, e na possibilidade dessa dialéctica ser representada por uma equilíbrio, progressiva e marojante, que ocorre o maior desencontro entre as duas ideologias.

Em primeiro lugar, recorde que coloquei bastantes dúvidas quanto à possibilidade do processamento sensorial se poder inserir no terceiro critério (i. e., representação de equilíbrio dos processos dialécticos). Com efeito, a primazia dada por este modelo aos determinantes externos, concretos e estáveis/não-contraditórios relega as construções da pessoa para meras representações desses determinantes. O desenvolvimento psicológico da pessoa pode ser concebido por um processo de acumulação contínua dessa realidade factual. Ao contrário, o processamento motórico do conhecimento opta por uma dialéctica contínua, *destruturante* para as estruturas tácitas semipermanentes, mas permitindo a construção explícita de novos conhecimentos, que não reflectem a realidade, mas a compõem e transformam.

Curiosamente, enquanto que os sensorialistas se aproximam dos dialecticistas pós e pró-hegelianos na questão do primado da relação concreta, os motóricos, por sua vez, fazem-no na questão do primado da relação contraditória:

«Synchronization is comparable to balance, but it is a balance structured in time. Such a temporal balance can be understood only if the state of imbalance is simultaneously taken in consideration. Balance and imbalance are dialectically determined, and their relationship, changes continuously.»

(Riegel, 1976, p. 697)

Klaus Riegel, o autor citado, é considerado como o renovador do hegelianismo na psicologia norte-americana (e. g., Riegel, 1975 & 1976; Riegel & Meachan, 1978; Tolman, 1981). O seu conceito de «sincronização» pode aplicar-se, perfeitamente, ao modelo da escola italiana:

«Cognition can be regarded as an ongoing, emergent result of the feed-forward tacit-explicit knowledge relationship, controlled by the dynamic consistency-discrepancy balance... Discrepancies arising from the attitude toward reality tend mainly to elicit oscillative procedures for surface change processes... Discrepancies arising from the attitude toward oneself essentially tend to elicit oscillative procedures for deep change processes.»

(Guidano & Liotti, 1985, pp. 106 e 122)

«...the principle underlying the dynamic equilibrium of the lifespan is called 'order through fluctuations' emerging higher-order patterns are the expression of the integration of disequilibriums — or fluctuations — arising out of the ongoing assimilation of experience.»

(Guidano, 1987, p. 94)

Como o equilíbrio, ou a estabilidade não se encontra nesta expressão dinâmica de uma *coerência sistémica* (Guidano, idem), prevalecem as flutuações, ou sincronizações, contínuas e destruturantes. A oscilação define o progresso estrutural, e este define aquela, em movimento imparável. A *dialéctica destruturante* dos motóricos serve de representação ao processo individual de construção de múltiplas realidades (i. e., significações pessoais para a realidade). Ao contrário, a *dialéctica circular* dos sensorialistas serve de representação de uma única realidade externa, que pode ser explicitada pelo terapeuta em racional-

zações *universais* (i. e., significações culturais para a realidade).

Esta discrepância na representação dialéctica vai criar, evidentemente, outro grande desencontro entre as duas ideologias no que diz respeito às metodologias de intervenção.

Recordo que o processamento sensorial da informação enfatiza a regulação dialéctica imposta pelo meio. O rendimento concreto da pessoa, em situação real, ou a observação das acções modelares dos outros, ou ainda as racionalizações do terapeuta reflectindo as regras da realidade, são veículos potentes de reestruturação cognitiva. Assim, eles permitem à pessoa reproduzir, ou tentar reproduzir, a *omnisciência* factual da realidade (e. g., a «sua» estabilidade, discriminabilidade). Curiosamente, a testagem empírica da realidade concreta é explicitada pela razão universal.

O processamento motórico do conhecimento, pelo seu lado, privilegia a regulação dialéctica imposta pelas estruturas profundas. A intervenção terapêutica visa, pois, não que o cliente aprenda as regularidades da realidade factual, ou da razão cultural, mas que a pessoa identifique as suas estruturas tácitas disfuncionais/inadaptativas, ou caracterize a sua «organização cognitiva pessoal», e construa outras mais consentâneas com um desenvolvimento mais ordenado e integrado (i. e., holístico) da sua identidade pessoal. Bem na tradição das terapias dinâmicas, trata-se de *revelar e reconstruir* as significações do *self* mais primitivas e profundas. Ou de regressar ao passado para reestruturar o presente. Ou ainda de fazer emergir o inconsciente para o reorganizar conscientemente. É uma intervenção de dentro para fora, enquanto que a dos sensorialistas é de fora para dentro. O movimento de *feedforward* das regras abstractas traduz-se em termos clínicos, no *insight* formal sobre as causas/origens da vivência passada deficiente; o de *feedback* de regras concretas também se

traduz, formalmente, no *insight* sobre as *aptidões/atributos* deficientes utilizadas na experiência actual. A intervenção dos sensorialistas orienta-se numa direcção definida (i. e., teleológica) *a priori* em termos de aprendizagem de novas aptidões e de aquisição de maior controlo pessoal; a dos motóricos numa direcção não-explícita (i. e., teleonómica) mas ontogenética, isto é, a exploração de significações pessoais da realidade (re)conduz a pessoa a um desenvolvimento harmonioso. O processamento sensorial da informação recorre, por exemplo, à programação de actividades de mestria e de prazer, à inoculação do *stress*, ou à substituição de pensamentos irracionais por racionais, para reestruturar o(s) auto-esquema, a auto-eficácia, ou outros atributos globais de eficiência objectiva e racionalidade. O processamento notório do conhecimento recorre por exemplo, ao fluxo do pensamento (*streaming*), ou à injeção de metáforas abstractas, ou ao provimento de uma ligação terapêutica segura, para reestruturar o *hardcore* metafísico, a identidade pessoal, a organização cognitiva pessoal, ou outras totalidades que tendem a *esconder-se* para melhor impor em a sua ditadura epistemológica.

6. CONSTRUTIVISMO DE PIAGET REVISITADO

A maneira mais relevante de expôr o terceiro modelo, processamento dialéctico do metaconhecimento, aos três critérios é, na minha opinião, resumir as principais conceptualizações estruturais e dialécticas da *ideologia piagetiana*, que deu origem e continua a orientar esse modelo terapêutico. Piaget propõe, de certo modo, não uma síntese entre as outras duas ideologias, mas uma terceira via (ou *tertium*):

A — As estruturas são geradas, passo a passo ou discontinuamente, na própria dialéctica do desenvolvimento psicológico da

pessoa. Não são super-estruturas com uma existência permanente, mas *sistemas de transformações* que integram a ontogênese dialéctica (i. e., psicogênese estrutural). Não são configurações estruturais (e. g., representações concretas, órgãos, metáforas imagéticas, «personalidades»), mas representações formais de acções, que provêm de outras acções, e não de elementos exteriores ou de um sistema que as antecipa (*prefigura*).

B — As estruturas são representações *lógicas* (i. e., lógica «natural» que se processa nas acções de qualquer pessoa durante o desenvolvimento), e não analógicas, do conhecimento. São simultaneamente estruturadas e estruturantes, geradas e geradoras, produto e motor do desenvolvimento. Enquanto totalidades, possuem os seus próprios elementos, também estruturais, mas estes submetem-se às regras de composição da totalidade. Deste modo, a operacionalidade da totalidade difere da dos seus elementos. Não há composição (a)cumulativa da totalidade, como é sugerido no processamento sensorial, porque a totalidade é mais do que a soma dos seus elementos. Não há preformação de qualquer totalidade, como é sugerido no pensamento motorico, porque a totalidade não é anterior, mas contemporânea (i. e., co-existindo na acção) dos seus elementos.

C — A totalidade tem a propriedade de se estruturar a ela própria, ou seja, de *auto-regulação*. Por um lado, tende a preservar, ou conservar, os seus elementos de transformação, o que equivale a um equilíbrio; por outro, esta aparente estabilidade é posta em causa pela dialéctica que a totalidade estabelece com o exterior, e ela tem a possibilidade de gerar outras totalidades coordenando as suas próprias actividades de transformação. Assim, a auto-regulação não apresenta as mesmas formas lógicas nos diferentes períodos/níveis do desenvolvimento. Por exemplo, certos ritmos biológicos, incluindo os próprios reflexos, limitam-

-se a produzir simetrias e tautologias (repetições). Mais tarde, as estruturas pré-operatórias já coordenam as partes com o todo, e o sucessivo com o simultâneo, mas as suas regulações são, ainda, aproximadas e irreversíveis. Só com o advento das operações (concretas) é que se dá uma coordenação entre antecipações (*feedforward* da estrutura) e retroacções (*feedback* do meio). O que permite prevenir/evitar a perturbação, em vez de a corrigir/compensar depois da sua ocorrência, como acontece nos níveis precedentes. Por conseguinte, aqueles, que atribuem ao sistema nervoso central ou à memória poderes globais de auto-regulação, deveriam explicar porque é que a maturação desses órgãos produtores de estruturas se faz tão lentamente.

D — No início do processo de desenvolvimento, não existe um sujeito, que se «conhece» como tal, nem um objecto, por ele conhecido. As interacções, que ambos estabelecem, permitem ao sujeito, progressivamente, discontinuamente, construir o conhecimento de si próprio, e o conhecimento do objecto (mundo). A dialéctica do sujeito com ele próprio pressupõe a dialéctica do sujeito com o objecto, e vice-versa. Da perspectiva do observador pode-se formalizar um duplo movimento de interiorização e de exteriorização, para melhor representar esta dialéctica «interno-interno» e «interno-externo». O movimento de interiorização equivale à construção de estruturas lógicas, mas não pressupõe o conhecimento, ou a consciência, dessas estruturas (e. g., a pessoa não desenvolve um conceito de identidade pessoal). O movimento correlativo de exteriorização corresponde à aplicação dessas estruturas ao meio (e. g., explicações causais para regularidades do meio físico e do meio social), mas não pressupõe o conhecimento, ou a consciência, dessa aplicação (e. g., a pessoa não desenvolve um conceito de auto-eficácia). É a dialéctica intra e inter-individual que explica a emergência de estruturas ló-

gicas, e não o funcionamento de super-estruturas, ou a consciência da pessoa.

E — Tal como acontece com a contro-*vérsia feedback versus feedforward*, neste modelo também não existe um primado do abstracto, ou um primado do concreto, pois estas noções são essencialmente relativas. O concreto de um nível estrutural (e. g., operações concretas, interiorizadas e reversíveis) constitui o abstracto (i. e., formas estruturais) do nível anterior (e. g., acções sensório-motoras), assim como as formas desse nível constituem o concreto (i. e., conteúdos) do nível posterior (e. g., meta-conhecimento/operações formais).

F — O processo de equilibração representa a construção de discontinuidades estruturais como uma sucessão de equilíbrios, precários mas reflectindo a aquisição, pela pessoa, de acções (e meta-acções) cada vez mais flexíveis e integradoras da informação exterior. Não se trata, todavia, de uma marcha para uma estabilidade ideal, preformada no meio ou no organismo, mas para *melhores equilíbrios*. Esta *equilibração majorante* representa uma síntese dialéctica: a) *feedback* ou *compensação* (resposta regulatória) das perturbações exteriores responsáveis pela ruptura de equilíbrio; b) *feedforward* ou *regulação da compensação*, isto é, elaboração de novas formas estruturais, que levam a outros equilíbrios.

Os descrentes na *heurística* do construtivismo podem, é claro, perguntar onde é que a pessoa vai buscar a «motivação» para o desenvolvimento estrutural:

«According to Piaget, people are inherently motivated to advance in cognitive development by moderate discrepancies between new experiences and established cognitive structures.»

(Bandura, 1977, p. 163-4)

Concordo com Bandura, desde que não se considerem as pessoas como simples es-

pectadoras dessas discrepâncias, retirando delas apenas uma experiência *vicariante* (i. e., imitada), mas como autoras e actoras desse processo de estruturação. Atribuir poderes antecipatórios ao indivíduo, como Bandura o faz (1977 & 1985), justificando-os pelas regras ou inferências adquiridas durante o desenvolvimento, é cair na circularidade da aptidão que explica o processo assim como este explica aquela. Na concepção ontogenética piagetiana, antes do pensamento dominar a acção (no sentido banduriano da *performance*), esta tem de construir o pensamento.

Não se pode, atribuir uma natureza motivacional à dialéctica das estruturas lógicas, sem assimilar a própria motivação às regulações do processo, que permitem tanto a conservação como a renovação estrutural.

7. PROCESSAMENTO DIALECTICO DO METACONHECIMENTO EM PSICOTERAPIA

O modelo do desenvolvimento das estruturas lógicas, ou a metáfora da equilibração majorante, têm-me ajudado a estabelecer uma aproximação entre desenvolvimento cognitivo e psicoterapia (Joyce-Moniz, 1981 b & c, 1985, 1986 & *no prelo*). Especificamente, trata-se de representar a intervenção clínica em termos da dialéctica *natural* do desenvolvimento. Outros autores têm, evidentemente, procurado a mesma aproximação (e. g., Bobbitt & Keating, 1983; Ivey, 1986; Leva, 1984; Rosen, 1985). A nossa tentativa tem, talvez, o mérito de integrar uma série de trabalhos (e. g., Afonso, 1986 & *no prelo*; Barros, 1985 & 1986; Bizarro, *no prelo*; Fradique, 1984 & 1986; Joyce-Moniz, 1979, 1981 c, *no prelo*; Lourenço, 1986; Peixoto, 1986; Silva, 1985), o que não acontece com as outras. Mas também é verdade que a aproximação lisboeta para uma psicoterapia construtivista é a que *se constrói*, e divulga na comunidade internacional, com mais

lentidão. Afastamo-nos, pois, do construtivismo *rápido* dos anglo-saxónicos.

Antes de mais, parece-me importante assinalar que o processamento dialéctico do metaconhecimento é um modelo *teleonómico ontogénico*: o desenvolvimento natural de estruturas lógicas determina a direcção e a abertura do progresso epistemológico.

Esta forma de determinismo não interfere com a metaideologia construtivista, uma vez que se trata da aquisição progressiva de acções dialécticas que representam conhecimentos, do próprio e do mundo, cada vez mais abertos, integradores, flexíveis e generalizáveis. É o progresso que gera progresso, mas o motor do desenvolvimento é o mesmo para toda a gente. E esse motor é concebido, em termos piagetianos, como a aquisição lenta de uma lógica, que se *assemelha* à lógica tradicional (e. g., classes, relações, proposições). Esta lógica pode, sem esforço, abarcar todas as evoluções e transformações dos sistemas de significações individuais (e. g., crenças, valores, normas, regras). O que conduz a uma distinção entre *a) estruturas lógicas*, i. e., representações abstractas da acção da pessoa, e *b) sistemas de significações*, i. e., formalizações das interpretações, inferências e implicações da pessoa relativamente à sua própria acção, às acções observadas no mundo, e aos resultados dessas acções². Como se verá, estes dois tipos de totalidades orientam o presente modelo terapêutico.

Os estudiosos do desenvolvimento sócio-cognitivo têm procurado formalizar siste-

mas de significações que, tal como as estruturas lógicas «piagetianas», estão hierarquizados em níveis de equilíbrio majorante. O *processamento dialéctico do metaconhecimento* utiliza modelos de desenvolvimento estrutural socio-cognitivo bem conhecidos, como o de Selman (1976 e 1980), dizendo respeito à construção de perspectivas sociais e, acima de tudo, o de Kohlberg (1969, 1981 e 1983), referente à aquisição de direitos, deveres e prescrições socio-morais; mas também menos conhecidos, como o de Kitchener e King (1981), relativo à elaboração de crenças metafísicas. Estes sistemas de significações reflectem uma abertura progressiva à metaacção e ao metaconhecimento. Quer isto dizer que as significações, nos níveis inferiores, não passam de descrições das propriedades dos objectos concretos, ou das acções exercidas sobre eles (Piaget e Garcia, 1987); e que só a níveis superiores é que as significações ganham um estatuto metacognitivo, e passam a descrever não só as características dos objectos abstractos (e. g., conceitos), e das acções exercidas sobre eles (e. g., regras) mas, igualmente, a elaborar conceitos de conceitos e conceitos de processos (e. g., teorias metafísicas, epistémicas).

Convém recordar que o desenvolvimento psicológico, concebido em termos de sucessão de discontinuidades (e. g., níveis, estádios, períodos), não tem sido aceite pelos dialecticistas pós e pro-hegelianos anteriormente referidos. O mais popular, entre eles, é bem explícito:

«Unlike Piaget's theory of cognitive development, a dialectical theory of development does not emphasize the plateaus at which equilibrium or balance is achieved. Stable plateaus of balance are the exception, a temporary marking of achievement.»

(Riegel, 1975, p. 51)

(²) Cabe, aqui, uma citação explicativa:

«Il est donc indispensable de construire une logique des significations dont l'opération centrale sera ce que nous nommerons l'implication signifiante': *p* implique *q* si une signification *s* de *q* est englobée dans celles de *p* et si cette signification commune *s* est transitive.» (Piaget & Garcia, 1987).

No entanto, parece-me que se pode estabelecer um compromisso. Nos modelos ontogenéticos de cariz piagetiano, as discontinuidades referem-se aos sistemas de significações. Por exemplo, a noção de *conservação* de propriedades (leis) do mundo físico expressa uma discontinuidade deste tipo (e. g., Piaget, 1970). A dialéctica contínua, a que os hegelianos se referem, é o *hard-core* da construção de estruturas lógicas: ao equilíbrio sucede sempre um desequilíbrio (destruturação), que possibilita um novo equilíbrio a um nível de complexidade superior. Este exercício estrutural não admite, em princípio, quaisquer interrupções, pois a destruturação abre imediatamente a possibilidade de *reestruturação* (majorante). Esta, por sua vez, não leva à ressurreição de estruturas profundas, permanentes ou semipermanentes, mas, pelo contrário, ao nascimento de estruturas mais integradoras.

A dialéctica contínua das estruturas lógicas não teria, a meu ver, qualquer utilidade em psicologia se não fosse representada em sucessões de sistemas de significações. Seria um exercício formal tendo por objecto, não um indivíduo, mas uma *abstracção* matemática. A *psicologia do desenvolvimento*, a *psicologia educacional*, e a *psicoterapia desenvolvimentista*, se visam ter um impacto prático e interveniente, não podem recorrer a uma teleonomia radical, onde a dialéctica estrutural conduz a destinos imprevisíveis, indefinidos e ideossincráticos.

Devo confessar que desconfio amiúde daqueles que afirmam que a pessoa não deve ser encurralada numa sucessão de estádios, dialecticamente majorantes. Na maioria das vezes, para representarem o desenvolvimento, eles não hesitam em fechar essa pessoa no seu passado (e quanto mais longínquo fôr este, melhor). Ao inverso, na sucessão de sistemas de significações, formalizada pelo autor cognitivista, as discontinuidades ligam estruturadamente o pas-

sado ao presente, e este ao futuro, sem saltos bruscos, viagens no tempo, variabilidade interpessoal, ou ideossincrasia intra-pessoal. Esta uniformidade no desenvolvimento poderia assemelhar-se a uma cadeia de montagem de autómatos, se os sistemas ordenados não se referissem às *significações mais comuns e/ou generalizáveis* de cada período de desenvolvimento (e. g., crenças metafísicas, normais morais, atribuições empáticas, perspectivas de descentração pessoal, regras sociais). Deste modo, o psicólogo, ou o psicoterapeuta, podem utilizar estas formalizações bem gerais, sem violarem a individualidade «única» do cliente e, por conseguinte, a sua liberdade de construir *todas* as significações que as suas estruturas lógicas puderem gerir. Essas significações são, virtualmente, mais específicas (ou menos abstractas) do que os sistemas, a que tenho vindo a fazer referência.

As seqüências de significações gerais do desenvolvimento socio-cognitivo permitem, assim, caracterizar a direcção teleonómica do processo psicoterapêutico. Com efeito, o processamento dialéctico do metaconhecimento não é mais do que uma *metáfora clínica* do processamento *natural*, e necessariamente dialéctico, das estruturas lógicas e sistemas de significações. Este serve de *modelo* para aquele. A terapia aproxima-se, o mais possível, do desenvolvimento natural, comum e/ou aberto a todos os indivíduos. E insisto, este desenvolvimento é aquele a que os cognitivistas têm dedicado as suas metacognições nos últimos vinte anos (60, para Piaget). Por outras palavras, *o cliente deve evoluir de acordo com as seqüências de aquisição de estruturas cognitivas. Os próprios sintomas podem ter uma leitura desenvolvimentista.* O exemplo seguinte constitui uma leitura, de tipo kholbergiano, das significações que acompanham os sintomas disfóricos (com realce para a ansiedade):

1 — orientação pré-social, amoral e anômica

Ansiedade e disforia quando a realidade objectiva, vista em termos «absolutos», e as normas/regras, vistas em termos «inalteráveis», são questionadas pela autoridade. Evitamento da ausência de *absolutos* (e. g., categorias, estereótipos) concretos.

O terapeuta representa a autoridade. A submissão às suas significações constitui a principal estratégia do cliente para evitar essas «ausências» (mas ansiedade/disforia se as novas significações aparecem como incompatíveis das já estabelecidas).

2 — orientação dual, instrumental e heteronômica

Ansiedade e disforia quando a realidade objectiva, incluindo as *suas* «trocas e contratos», não permite a maximalização de *ganhos* concretos, e correlativa minimização dos *custos*. Ganhos e custos são definidos em termos de desejos, necessidades, etc. Evitamento da falta de controlo objectivo.

O terapeuta representa a autoridade com quem se estabelece um contrato. A percepção da persistência dos sintomas pode vir a significar quebra de contrato, não cumprimento de promessas «clínicas», ou questionamento da eficácia do terapeuta.

Representação habitual da disforia por pessoas em 1- e 2-: as sensações/atribuições de tristeza, desespero, sofrimento, infelicidade, etc., são descritas em termos de materializações (e. g., «Sinto a angústia em todo o corpo») e somatizações (e. g., dores, «impressões»).

3 — orientação pró-social, conformista e sionômica (aprovação)

Ansiedade e disforia quando a realidade social, considerada em parâmetros de *expectativas interpessoais*, é questionada pela

própria pessoa, ou por outras pessoas de quem se espera aprovação. Evitamento da desaprovação, pois esta conduz ao abandono e à solidão.

O terapeuta representa a autoridade moral «indiscutível» e «afeccionada» (uma espécie de mito para amar). A adesão «emocional» às significações do terapeuta permite evitar a desaprovação (e/ou desvalorização). Mas a percepção da persistência dos sintomas cria nova desaprovação (e. g., desvalorização de capacidades pessoais) e mesmo resistência «emocional» ao terapeuta (e. g., críticas veladas, amuos, dependência para responder à solicitação de autonomia, «chantagem emocional», etc.).

4 — orientação pró-sistémica, conformista-autoritária e sionômica (ordem social)

Ansiedade e disforia quando a realidade social, considerada em parâmetros de *regras institucionalizadas*, é questionada pela própria pessoa, ou por outras valoradas institucionalmente. Evitamento da *desresponsabilização* (e. g., não cumprimento do dever), pois esta conduz à desordem social.

O terapeuta representa a autoridade institucional. Mas o estatuto social e científico, que é atribuído ao terapeuta, inclui orientações *míticas* (e. g., «Devo-lhe respeito e obediência») e *contratuais* (e. g., «Ele tem responsabilidades e deveres»). A percepção da persistência dos sintomas leva, muitas vezes, à preponderância da segunda orientação sobre a primeira e ao aparecimento de críticas directas ao terapeuta e auto-críticas (e. g., racionalizações).

Representação habitual da disforia por pessoas em 3- e 4-: as sensações/atribuições de tristeza, desespero, sofrimento, infelicidade, etc., são descritas em termos de avaliações e valorações convencionais (centradas na relação e no sistema) da dialéc-

tica interpessoal (e. g., «Fico sempre com vontade de chorar, quando me sinto só»; «Na empresa, sinto a angústia da responsabilidade»; «Sinto-me diluir nesta relação [ou sociedade] »).

5 — *orientação relativista, pós-convencional e autonómica*

Ansiedade e disforia quando a realidade «existencial», colocada em termos de metacognição de significações pessoais e sociais, é questionada pela própria pessoa. Evitamento do exercício metacognitivo, pois este leva à crise de princípios.

O terapeuta representa, apenas, *uma* autoridade epistemológica (tal como o próprio cliente). A percepção da persistência dos sintomas leva ao questionamento desta dialéctica (confronto) entre duas epistemologias, e duas cosmologias de significações. Por exemplo, a metodologia de intervenção pode ser considerada demasiado «simples» para a resolução da crise existencial.

Representação habitual da disforia por pessoas em 5-: as sensações/atribuições de tristeza, desespero, sofrimento, infelicidade, etc., são descritas em termos de racionalizações *metassintomáticas*: «desarmonia», «excesso de contradições», «privação de justiça», «perda de autonomia», «cedência nos princípios», «incerteza epistemológica», etc.

Esta leitura dos sintomas disfóricos sugere um encontro importante entre desenvolvimento natural e desenvolvimento terapêutico no que diz respeito à orientação das significações. No desenvolvimento natural, a introdução de uma *contradição*, ou uma negação, num processo afirmativo, ou em equilíbrio, produz uma *destruturação majorante*, e a possibilidade de reestruturação a um nível superior (de maior reversibilidade). No processo terapêutico, a introdução de contradições, ou destruturações,

justifica-se porque *a*) o cliente está instalado na perturbação, que não é mais do que um *equilíbrio* estável e não majorante, e não está consciente, não se envolve, ou evita activamente qualquer contradição, que possa pôr em causa a perenidade do sistema, *b*) o cliente está instalado na contradição perturbante, ou em oscilações/hesitações à volta de várias orientações/alternativas, que não é mais do que um *desequilíbrio* repetitivo e não reestruturante, e não acede, ou mesmo evita activamente, contradições mais integradoras que lhe permitiriam sair do impasse (e. g., dilema).

No nosso modelo, a introdução de contradições corresponde, pois, a uma *dialéctica de equilíbrio*, que pressupõe a construção de contradições/negações sucessivas. Imitando Jung e Piaget, também nós dizemos que a pessoa sai da perturbação porque cria novos conflitos. Mas no processo terapêutico, é a actividade metacognitiva que permite essa criação, tanto a níveis superiores como inferiores (e. g., orientação pré-social, amoral e anómica). O que restringe, por enquanto, este modelo à intervenção com adolescentes e adultos. Deste modo, os processos terapêuticos podem ser caracterizados em dois movimentos dialécticos (Joyce-Moniz, 1981 *b*, 1985, e *no prelo*):

- a*) *Descenração*, ou representação de sistemas e orientações significantes diferentes (que a pessoa não adquiriu, ou que habitualmente não utiliza). Trata-se do movimento de desequilíbrio ou destruturação dos sistemas de significações envolvidos na perturbação. Os sistemas, formalizados pelos autores do desenvolvimento socio-cognitivo, formam o nosso quadro de referência «psicopatológica».
- b*) *Compensação*, ou representação da dialéctica da equilíbrio, isto é, das estruturas lógicas regulatórias dos sis-

temas de significações. Trata-se do movimento de reequilíbrio ou reestruturação dos sistemas de significações que permitem «sair» da perturbação. As estruturas, formalizadas por Piaget, formam o nosso quadro de referência «dialéctica».

Por conseguinte, a representação das compensações constitui o mecanismo de *feedforward* que leva à elaboração de novos sistemas significantes (novos «equilíbrios»). Ainda por outras palavras, as significações possuem os seus próprios processos de regulação metacognitiva; e a construção do metaconhecimento obedece à dialéctica da equilibração de estruturas lógicas.

Compensações constituem, igualmente, o que George Kelly (1955) chama *replicações* de acontecimentos: antecipações conceituais utilizadas para confrontar («dar a réplica») situações «destruturantes».

Nestes últimos anos, tenho tentado construir um *modelo de compensações* representado nas auto-verbalizações/auto-instruções do cliente (Joyce-Moniz, 1981b, 1985, *no prelo*). Comporta cinco variedades de compensações:

1. *compensação por inversão*, correspondendo à antecipação da anulação do conflito, e envolvendo a negação completa das significações perturbadoras;

2. *compensação por reciprocidade*, correspondendo à antecipação da integração do conflito, e envolvendo uma equilibração entre a negação e aceitação das significações perturbantes;

3. *compensação por reciprocidade relativa*, correspondendo à antecipação da integração do conflito no sistema, mas sem equilíbrio de negativos e positivos (estratégia do «mal menor»);

4. *compensação por identidade*, correspondendo à antecipação da anulação do

conflito, mas envolvendo a aceitação completa de um *imperativo* socio-moral que nega a pertinência das significações destruturantes (estratégia da «negação da negação»);

5. *compensação por exploração de possíveis*, correspondendo à antecipação das formas/alternativas de transformar o conflito, e envolvendo a mudança explícita das significações destruturadoras e a criação de novos sistemas.

E inclui, também, a caracterização de *tentativas de compensação*, mas sem resultados, e de *não-compensações* (e. g., aceitação completa das significações perturbadoras).

Vários trabalhos experimentais têm sido dirigidos a esta dialéctica de compensações. Os estudos de compensações verbalizadas para o experimentador têm envolvido grupos de jovens entre os 6 e os 16 anos, colocados em situação de *problem-solvers* de conflitos relacionais (e. g., Lourenço, 1986; Silva, 1985, e *no prelo*). Os estudos de compensações auto-verbalizadas, e endossadas em registos regulares, têm envolvido adultos: investigadores em ciências humanas, não-humanas e artes de uma universidade norte-americana (Fradique e Joyce-Moniz, 1986; Joyce-Moniz, *no prelo*); alunos de estatística educacional na universidade açoriana (Peixoto, 1986); depressivos em situação de psicoterapia individual (Fradique, 1984); e mulheres divorciadas em situação de aconselhamento grupal (Afonso, *no prelo*; Bizarro e Afonso, 1986). Deste último grupo de trabalhos, pudemos retirar as seguintes conjecturas (Joyce-Moniz, *no prelo*): a) as auto-verbalizações/auto-instruções com maior poder reestruturador correspondem às compensações por reciprocidade e por exploração de possíveis; b) as auto-verbalizações parecem ser o instrumento compensatório mais eficaz.

8. TECNOLOGIA TELEONÓMICA NO PROCESSAMENTO DIALECTICO DO METACONHECIMENTO

Se o modelo do processamento dialéctico do metaconhecimento visa uma teleonomia de sistemas de significações e estruturas lógicas, progressivamente mais abertos, flexíveis, integradores, reversíveis, generalizáveis, relativizáveis, etc., os seus adeptos devem aproximar-se de métodos de intervenção que promovam essa teleonomia durante o processo terapêutico. Essa aproximação é, ela mesmo, teleonómica, uma vez que as técnicas de intervenção obedecem, igualmente, a um processo de construção contínua (i. e., visando uma maior flexibilidade, integração, etc.). Penso que a crença dos adeptos na «vivência» do construtivismo, na intervenção terapêutica, compensa largamente eventuais inseguranças, provocadas por esta orientação metodológica em evolução constante. É para isso que servem as ideologias. A crença também impede que os terapeutas considerem as suas técnicas como representações de um equilíbrio estável e circular.

Como a descrição metodológica sai do âmbito desta reflexão, refiro, brevemente, três áreas que se encontram, ainda nas fases iniciais de desenvolvimento:

1. *Auto-monitorização (auto-observação e endosso explícito) de pensamentos*

O *selfmonitoring* é um método bastante comum em terapias cognitivas. Até ao presente, os nossos instrumentos de endosso e registo têm incluído sistemas de significações conotados com sintomas compulsivo-obsessivos, depressivos e fóbicos, ou com problemas de afirmação e de tomada de decisão (Afonso, *no prelo*; Bizarro e Afonso, 1986; Fradique, 1984; Joyce-Moniz, 1981c, 1985 e *no prelo*). Não se trata, apenas, de observar a frequência de ocorrência de certos sistemas de significações «inadaptativos» mas, sobretudo, de identi-

ficar as compensações regulatórias que os acompanham.

A aplicação regular de instrumentos de endosso tem servido para sistematizar compensações mais adaptativas (i. e., por inversão, reciprocidade e exploração de possíveis). Recordo que se têm atribuído potencialidades «reactivas» a esta auto-observação repetida (e. g., Kazdin, 1973).

2. *Confronto directo de sistemas de significações*

É, igualmente, um método comum nas terapias cognitivas (e. g., Beck et al., 1979; Ellis e Dryden, 1987). No modelo presente, este confronto visa veicular significações diferentes (descentração) e/ou sistematizar novas significações. Assim, o terapeuta confronta tanto os produtos do metaconhecimento (e. g., configurações) como os seus processos explícitos (e. g., regras). Os instrumentos de confronto apelam para a descentração vicariante (i. e., representação dos sistemas de significações e compensações de outrém) e a descentração pessoal (i. e., representação dos sistemas auto-atribuídos no passado e/ou em situações não problemáticas). Esses procedimentos visam conduzir o cliente ao que os cognitivistas têm denominado «diálogo socrático», «emissão e avaliação de alternativas», etc., isto é, à avaliação sistemática e ordenada do metaconhecimento (e. g., significações pessoais).

Avaliação vicariante de significações, resolução de conflitos hipotéticos, «pesagem» e equilibração de atribuições pessoais, etc., são formas de exercício metacognitivo que permitem cobrir, simultaneamente, crenças metafísicas, expectativas de papéis, princípios normativos, etc., e realçar os «desfazamentos» entre estes sistemas.

3. *Treino de expressão dramática*

Drama é uma representação fundamental da dialéctica de significações que tem sido

largamente utilizada em psicoterapia (e. g., Moreno, 1946, 1959 & 1962). O cliente sabe que constrói, ou reconstrói a realidade. A representação de metáforas, sintomas, climaxes, papéis episódicos, ou personagens complexos, converte-se em aproximações conscientes dessa realidade. Como é simultaneamente actor e espectador, ele pode experimentar livremente diversos movimentos descentrantes, relativamente à acção dramática.

Neste treino (Henriques, 1986; Joyce-Moniz, *no prelo*; Joyce-Moniz & Henriques, *em preparação*), a construção de significações é expressa por *self-talk* (i. e., monólogos, diálogos c/ *self*, solilóquios audíveis, articulados e sensíveis). O cliente representa para ele próprio e, por vezes, também para o terapeuta. Este é o *encenador* interveniente, que utiliza deixas, modelagens e correcções directas (*coaching*) para melhorar a qualidade da representação. De um modo geral, o processo inclui três fases: a) fluxo de pensamentos (*streaming*), estruturado e destruturado voluntariamente, para introduzir o cliente à prática de *self-talk* e a procedimentos de improvisação; b) representação «distançada» e «emocional» de sintomas da perturbação (i. e., criação de um *self sintomático*); c) representação *como se* um outro personagem representasse a própria pessoa (i. e., criação de um *self* assintomático a níveis de significação mais elaborados). Os temas para improvisação são, evidentemente, introduzidos de acordo com as sequências de sistemas socio-cognitivos.

9. EM JEITO DE SUMARIO

Como outras metaideologias, o construtivismo é o que as *suas* ideologias quizerem que ele seja. A reflexão presente visou, pois, continuar a utopia construtivista (i.e., crescimento continuamente majorante). Porém, como se trata de uma *utopia aplicada*

a um número razoável de disciplinas, as nossas construções têm de possuir algumas representações comuns com as dos outros autores. Deste modo, permiti-me delinear os cometimentos fundamentais (Laudan, 1981) dos construtivistas em psicoterapia:

- a) a reflexão sobre a origem e possibilidade do conhecimento (questão epistemológica) orienta as *outras* reflexões (questões ontológicas, morais, sociais, etc.);
- b) a questão epistemológica é o objectivo, e o exercício metacognitivo o método (o metaconhecimento possibilita a *reactividade* epistemológica);
- c) a experiência humana é concebida como uma criação activa de realidades, ou de significações *da* realidade, que a estruturam («contra argumentos não há factos que resistam»);
- d) os processos de construção são multidireccionados (primado da teleonomia sobre a teleologia);
- e) o exercício metacognitivo pressupõe uma dialéctica de auto-regulação.
- e) o exercício metacognitivo pressupõe uma dialéctica de auto-regulação.

A estes cometimentos, adicionei os meus próprios critérios para proceder a uma comparação algo irregular: avaliação de duas ideologias (i. e., processamento sensorial da informação, e processamento motórico do conhecimento) por intermédio de três critérios de uma terceira (i. e., processamento dialéctico do metaconhecimento):

- a) representação estrutural dos processos de construção de significações;
- b) representação dialéctica dos processos estruturais;
- c) representação de equilibração dos processos dialécticos.

Para me fazer perdoar, procurei mostrar que as três ideologias se enquadram nos

três critérios, embora com representações diferentes.

Finalmente, como me competia, referi, com mais detalhe, as orientações estruturais, dialécticas e de equilibração do processamento do metaconhecimento. Procurei, neste sentido, salientar a importância do próprio processo de construção deste modelo que, a nível de trabalhos de investigação, nada pode ter de utópico.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, H. (1986) — Desenvolvimento sociomoral e auto-afirmação em mulheres recém divorciadas/separadas. Provas de aptid. cient. e capacid. pedagóg., Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- AFONSO, H. (no prelo) — Conflitos relacionais no *stress* pós-divórcio. *Journal de Psicologia*
- ARNKOFF, D. (1980) — Psychotherapy from the perspective of cognitive therapy. Em: Mahoney, M. (ed.) *Psychotherapy process*. Plenum, New York.
- BANDURA, A. (1977) — Social learning theory. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, NJ.
- BANDURA, A. (1978) — The self system in reciprocal determinism. *American Psychologist* 37: 122-147.
- BANDURA, A. (1985) — Model of causality in social learning theory. Em: Mahoney, M. & Freeman, A. (eds.) *Cognition and psychotherapy*. Plenum, New York.
- BARROS, L. (1984) — Compreensão de formas contratuais em dois grupos de crianças de 9 e 9 anos, Provas de aptid. cient. e capacid. pedag., Faculd. de Psicol. e Ciênc. da Educ., Universidade de Lisboa
- BARROS, L. (1986) — Da modificação do comportamento das crianças à transformação das atribuições dos adultos: novas perspectivas em aconselhamento educacional. I Encontro Ibérico de Terapia Comportamental, Novembro, Porto.
- BECK, A. (1987) — Cognitive models of depression. *Journal of Cognitive Psychotherapy*, 1: 5-37.
- BECK, A., RUSH, A., SHAW, B., EMERGENCY G. (1979) — Cognitive therapy of depression. Guildford, New York.
- BIZARRO, L. (no prelo) — Uma perspectiva desenvolvimentista no estudo do *stress*. *Jornal de Psicologia*.
- BIZARRO, L., AFONSO, H. (1986) — Dialectic development and divorced women affirmative training. 2nd International Conference on Cognitive Psychotherapy, Setembro, Umea/Suécia.
- BOBBITT, B., KEATING, D. (1983) — A cognitive-developmental perspective for clinical research and practice. Em KENDALL, P. (ed.) *Advances in cognitive-behavioral research and therapy*, Vol. 2, Academic, New York.
- BOWER, G. (1978) — Contacts of cognitive psychology and social learning theory. *Cognitive Therapy and Research*, 2: 123-146.
- BOWER, G. (1981) — Mood and memory. *American Psychologist*, 36: 129-148.
- BOWLBY, J. (1969) — Attachment and loss (Vol. I: Attachment). Basic Books, New York.
- BOWLBY, J. (1983) — Attachment and loss (2.^a ed.). Hogarth, London.
- BROUGHTON, J. (1977) — Beyond formal operations: theoretical thought in adolescence. *Teachers College Rec.*, 79: 77-97.
- BUGENTAL, J. (1965) — The search for authenticity: an existential-analytic approach to psychotherapy. Holt, Rinehart & Winston, New York.
- BUGENTAL, J. (1978) — Psychotherapy and process: the fundamentals of an existential-humanistic approach. Addison-Wesley, Reading MA.
- BUNGE, M., ARDILA, R. (1987) — Philosophy of psychology. Springer-Verlag, New York.
- BUSS, A. (1976) — Development of dialectics and development of humanistic psychology. *Human Development*, 19: 248-260.
- CARVER, C., SCHEIER, M. (1982) — An information processing perspective on self-management. Em: Karoly, P. e Kanfer, F. (eds.) *Self-management and behavior change*, Pergamon, New York.
- DEMBER, W. (1974) — Motivation and the cognitive revolution. *American Psychologist*, 29: 220-278.
- DOBZHANSKY, T. (1962) — Mankind evolving: the evolution of the human species. Yale University Press, Haven, CT.
- ELLIS, A. (1962) — Reason and emotion in psychotherapy. Lyle Stuart-Citadel, eNw Jersey.
- ELLIS, A., DRYDEN, W. (1987) — The practice of rational-emotive therapy. Springer, New York.

- FESTINGER, L. (1957) — A theory of cognitive dissonance. Stanford University Press, Stanford, CA.
- FRADIQUE, F. (1984) — Auto-avaliação, reatividade e confronto terapeuta. Provas de aptid. científ. e capac. pedagóg. Faculd. de Psicol. e Ciênc. da Educaç., Universidade de Lisboa.
- FRADIQUE, F., JOYCE-MONIZ, L. (1986) — Dialectic and metacognitive processes in scientific and depressive patterns. 2nd International Conference on Cognitive Psychotherapy, Setembro, Umea/Suécia.
- GARFIELD, S., KURTZ, R. (1977) — A study of eclectic views. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 45: 78-83.
- GEORGOUDI, M. (1983) — Modern dialectics in social psychology: a reappraisal. *European Journal of Social Psychology*, 13: 77-93.
- GOLDFRIED, M. (1980a) — Toward the delineation of therapeutic change principles. *American Psychologist*, 35: 991-999.
- GOLDFRIED, M. (1980b) — Some views on effective principles of psychotherapy. *Cognitive Therapy and Research*, 3: 271-306.
- GOLDFRIED, M., ROBINS, C. (1983) — Self-schema, cognitive bias, and the processing of therapeutic experiences. Em: Kendall, P. (ed.) *Advances in Cognitive-behavioral Research and Therapy*, Vol. 2, Academic, New York.
- GOULD, S. (1980) — The panda's thumb: more reflections in natural history. Norton, New York.
- GUIDANO, V. (1987) — Complexity of the self. Guilford, New York.
- GUIDANO, V., LIOTTI, G. (1983) — Cognitive processes and emotional disorders. Guilford, New York.
- GUIDANO, V., LIOTTI, G. (1985) — A constructivist foundation for cognitive therapy. Em: Mahoney, M. e Freeman, A. (eds.) *Cognition and psychotherapy*. Plenum, New York.
- HALEY, J. (1976) — Problem solving therapy. Harper & Row, New York.
- HAYEK, F. (1952) — The sensory order. University of Chicago Press, Chicago.
- HAYEK, F. (1964) — The theory of complex phenomena. Em: Bunge, M. (ed.) *The critical approach to science and philosophy*. Free Press, New York.
- HAYEK, F. (1978) — New studies in philosophy, politics, economics, and the history of ideas. University of Chicago Press, Chicago.
- HEIDER, F. (1958) — The psychology of interpersonal relations. Wiley, New York.
- HENRIQUES, A. (1986) — Dramatic simulation training and cognitive-epistemological therapy. 2nd International Conference on Cognitive Psychotherapy, Setembro, Umea/Suécia.
- INGRAM, R. (1984) — Toward an information-processing analysis of depression. *Cognitive Therapy and Research*, 5: 443-477.
- INHELDER, B., CAPRONA, R. (1985) — Constructivisme et création des nouveautés. *Archives de Psychologie*, 53: 7-17.
- IVEY, A. (1986) — Developmental therapy. Jossey-Bass, San Francisco.
- IVEY, A., GONÇALVES, O. (1986) — The tyranny of technique (invited commentary). *Counseling and Values*, 31: 106-109.
- JOYCE-MONIZ, L. (1979) — Développement socio-cognitif et auto-contrôle de la pensée. 9^o Congrès Européen de Thérapie Comportementale, Julho, Paris.
- JOYCE-MONIZ, L. (1981a) — La révolution thérapeutique cognitiviste. *Journal de Thérapie Comportementale*, 2: 83-90.
- JOYCE-MONIZ, L. (1981b) — From decentration to compensation: toward a cognitive-constructivist therapy. 1st European Meeting on Cognitive-behavior Therapies, Setembro, Lisboa.
- JOYCE-MONIZ, L. (1981c) — Perspectives constructivistes dans le mouvement thérapeutique cognitiviste. *Journal de Thérapie Comportementale*, 2: 83-101.
- JOYCE-MONIZ, L. (1985) — Epistemological therapy and constructivism. Em: Mahoney, M. e Freeman, A. (eds.) *Cognition and psychotherapy*. Plenum, New York.
- JOYCE-MONIZ, L. (1986) — Perspectivas desenvolvimentistas em terapias cognitivas. *Psiquiatria Clínica*, 7: 117-125.
- JOYCE-MONIZ, L. (no prelo) — Self-talk, dramatic expression and constructivism. Em: Perris, C., Blackburn, Y. e Perris, H. (eds.) *Handbook of cognitive psychotherapy*. Springer-Verlag, Heidelberg.
- JOYCE-MONIZ, L., HENRIQUES, A. (em preparação) — Individual drama therapy. *The Arts in Psychotherapy*.
- KAZDIN, A. (1973) — Covert modeling and the reduction of avoidance behavior. *Journal of Abnormal Psychology*, 81: 87-95.
- KELLY, G. (1955) — The psychology of personal constructs. Norton, New York.
- KENDALL, P. (1983) — Advances in Cognitive-behavioral Research and Therapy (ed.), vol. 2. Academic, New York.
- KITCHENER, K., KING, P. (1981) — Reflective judgment: concepts of justification and their

- relationship to age and education. *Journal of Applied Developmental Psychology* 2: 89-116.
- KOHLBERG, L. (1969) — Stage and sequence: the cognitive-developmental approach to socialization. Em: Goslin, D. (ed.) *Handbook of socialization theory and research*. Rand Mc Nally, Chicago.
- KOHLBERG, L. (1981, 1983) — *Essays in moral development, Vols. I e II*. Harper & Row, New York.
- LAUDAN, L. (1977) — *Progress and its problems*. University of California Press, Berkeley.
- LAUDAN, L. (1981) — A problem-solving approach to scientific progress. Em: Hacking, I. (ed.). *Scientific revolutions*. Oxford University Press, Oxford MA.
- LAWER, J. (1975) — Dialectical philosophy and developmental psychology: Hegel and Piaget in contradiction. *Human Development*, 18: 1-17.
- LEVA, L. (1984) — Cognitive behavioral therapy in the light of Piagetian theory. Em: Reda, M. e Mahoney, M. (eds.). *Cognitive psychotherapies: recente developments in theory, research and practice*. Ballinger, Cambridge MA.
- LOURENÇO, O. (1986) — Mérito da obtenção e responsabilidade pela dependência. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MAHONEY, M. (1984) — Integrating cognition, affect, and action: a comment. *Cognitive Therapy and Research*, 8: 585-589..
- MAHONEY, M. (1985) — Psychotherapy and human change processes. Em: Mahoney, M. e Freeman, A. (eds.). *Cognition and psychotherapy*. Plenum, New York.
- MAHONEY, M., FREEMAN, A. (1985) — *Cognition and Psychotherapy* (eds.). Plenum, New York.
- MAHONEY, M., GABRIEL, T. (1987) — Psychotherapy and the cognitive sciences: an evolving alliance. *Journal of Cognitive Psychotherapy*, 1: 39-59.
- MARTIN, J. (1984) — The cognitive mediational paradigm for research on counseling. *Journal of Counseling Psychology*, 39: 159-172.
- MARTIN, J. (1987) — *Cognitive-instructional counseling*. Althouse Press, London-Ontario.
- MATHEWS, A., MACLEOD, C. (1987) — An information-processing approach to anxiety. *Journal of Cognitive Psychotherapy*, 2: 105-115.
- MASLOW, A. (1971) — *The farther reaches of human nature*. Viking, New York.
- MATURANA, H., VARELA, F. (1980) — *Autopoiesis and cognition: the realization of the living*. Reidel, Boston MA.
- MEICHENBAUM, D. (1977) — *Cognitive behavior modification*. Plenum, New York.
- MEICHENBAUM, D., BUTLER, L. (1980) — *Ego-centrism and evidence: making Piaget kosher*. Em: Mahoney, M. (ed.). *Psychotherapy process*. Plenum, New York.
- MEICHENBAUM, D., GILMORE, B. (1984) — The nature of unconscious processes: a cognitive-behavioral perspective. Em: Bowers K. e Meichenbaum, D. (eds.). *The unconscious reconsidered*. Wiley, New York.
- MINUCHIN, S., FISHMAN, C. (1981) — *Family therapy techniques*. Harvard University Press, Cambridge MA.
- MOESSINGER, P. (1977) — Piaget on contradiction. *Human Development*, 20: 178-194.
- MORENO, J. (1946, 1959 & 1962) — *Psychodrama, Vols. 1, 2 e 3*. Beacon House, New York.
- NAPIER, A., WHITAKER, C. (1978) — *The family crucible*. Harper & Row, New York.
- NORCROSS, J. (1986) — *Handbook of Eclectic Psychotherapy* (ed.). Brunner-Mazel, New York.
- OSGOOD, C., TANNENBAUM, P. (1955) — The principle of congruity in the prediction of attitude change. *Psychological Review*, 62: 42-55.
- OVERTON, W. (1978) — Klaus Riegel: theoretical contribution to concepts of stability and change. *Human Development*, 21: 360-369.
- PEIXOTO, E., (1986) — Problem solving strategies and dialectic self-monitoring in mastery learning and conventional instruction. Tese de doutoramento (em inglês), Universidade dos Açores.
- PERRIS, C., BLACKBURN, I., PERRIS, H. (no prelo) — *Handbook of Cognitive Psychotherapy*. (eds.). Springer — Cerlag, Heidelberg.
- PETTY, R.; CACIOPPO, J. (1981) — Attitudes and persuasion: classic and contemporary approaches. WC Bronn, Dubuque-Iowa.
- PIAGET, J. (1967) — *Les courants de l'épistémologie scientifique contemporaine*. Em: Piaget, J. (ed.). *Logique et connaissance scientifique*. Gallimard, Paris.
- PIAGET, J. (1969) — *Le structuralisme*. Presses Universitaires de France, Paris.
- PIAGET, J. (1970) — *L'épistémologie génétique*. Presses Universitaires de France, Paris.
- PIAGET, J. (1975) — *L'équilibration des structures cognitives*. Presses Universitaires de France, Paris.

- PIAGET, J. (1980) — Les formas élémentaires de la dialéctique. Gallimard, Paris.
- PIAGET, J., GARCIA, R. (1987) — Vers une logique des significations. Murionde, Genebra.
- PIAGET, J., INHELDER, B. (1963) — Les images mentales. Em: Fraisse, P. e Piaget, J. (eds.). *Traité de Psychologie Experimentale*, Vol. 7. Presses Universitaires de France, Paris.
- POPPER, K. (1963) — Conjectures and refutations. Routledge-Kegan, Londres.
- PRIGOGINE, I. (1980) — From being to becoming: time and complexity in the physical sciences. WH Freeman, San Francisco.
- PRIGOGINE, I., STENGERS, I. (1984) — Order out of chaos: Man's new dialogue with nature. Bantam, New York.
- RACHMAN, S. (1981) — The primacy of affect: some theoretical implications.. *Behaviour Research and Therapy*, 19: 279-290.
- REDA, M., MAHONEY, M. (1984) — Cognitive Psychotherapies (eds.). Ballinger, Cambridge MA.
- REESE, H. (1982) — A comment of the meanings of 'dialectics'. *Human Development*, 25: 423-429.
- RIEGEL, K. (1975) — The development of dialectical operations. Karger, Basileia.
- RIEGEL, K. (1976) — The dialectics of human development. *American Psychologist*, 31: 689-700.
- RIEGEL, K., MEACHAM, J. (1978) — Dialectics, transactions, and Piaget's theory. Em: Pervin, L. e Lewis, M. (eds.). *Perspectives in interactional psychology*. Plenum, New York.
- ROSEN, H. (1985) — Piagetian dimensions of clinical relevance. Columbia University Press, New York.
- RYCHLAK, J. (1976) — The multiple meanings of dialectic. Em: Rychlak e Lafayette, M. (eds.). *Dialectic: humanistic rationale for behavior and development*. Karger, Basileia.
- SELMAN, R. (1976) — Social-cognitive understanding: a guide to educational and clinical practice. Em: Lickona, T. (ed.) *Moral development and behavior*. Holt, Rinehart & Winston, New York.
- SELMAN, R. (1980) — The growth of interpersonal understanding. Academic, New York.
- SILVA, A. da (1985) — Desenvolvimento da auto-afirmação. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- SILVA, A. da (no prelo) — Auto-afirmação e desenvolvimento: conceptualizações, investigações e implicações educacionais. *Revista Portuguesa de Psicologia*.
- TOLMAN, C. (1981) — The metaphysics of relations in Klaus Riegel 'dialectics' of human development, 24: 33-51.
- TURK, D., SPEERS, M. (1983) — Cognitive schemata and cognitive processes in cognitive-behavioral interventions. Em: Kendall, P. (ed.). *Advances in cognitive-behavioral research and parctica*, Vol. 2. Academic, New York.
- VON GLASERFELD, E. (1984) — An introduction to radical constructivism. Em: Watzlawick, P. (ed.). *The invented reality*. Norton, New York.
- VON GLASERFELD, E. (1985) — Reconstruire le concept de connaissance. *Archives de Psychologie*, 53: 91-101.
- WADDINGTON, C. (1957) — The strategy of the genes. Allen & Curwin, Londres.
- WATZLAWICK, P. (1984) — Self-fulfilling prophecies. Em: Watzlawick, P. (ed.). *The invented reality*. Norton, New York.
- WEIMER, W. (1977) — A conceptual framework for cognitive psychology: motor theories of the mind. Em: Shaw, R. e Bransford, J. (eds.). *Perceiving, acting and knowing*. Erlbaum, Hillsdale NJ.
- WEIMER, W. (1980) — Psychotherapy and philosophy of science: examples of a two-way street in search of traffic. Em: Mahoney, M. (ed.). *Psychotherapy process*. Plenum, New York.
- WEIMER, W. (1982) — Hayek's approach to complex phenonena. Em: Weimer, W. e Palermo, D. (eds.). *Cognition and the symbolic processes*, Vol. 2. Erlbaum, Hillsdale NJ.
- WOSNIAK, R. (1974) — Dialectics and operator thinking: a commentary on Youniss «operations and everyday thinking». *Human Development*, 17: 392-394.

futuro

CIÊNCIA • NOVAS TECNOLOGIAS • GESTÃO

**NAS BANCAS
TODOS OS MESES**

REVISTA MENSAL

PREÇO: 250\$00

SAI NA 1.ª QUINZENA

UMA REVISTA INDISPENSÁVEL

EDITORES: Acácio Gomes, Jorge Nascimento Rodrigues (*Coordenador de Redacção*), Luís Marques e Virgílio Azevedo.

DIRECTOR: Mário Horta

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: Rua de S. Bento, 271-2.º — 1200 LISBOA.
Tel.: 67 72 00-67 63 17.

INSTITUIÇÕES APOIANTES: AIP (Associação Ind. Portuguesa) CENTREL CTT/TLP Faculdade de Ciências e Tecnologia da Univ. Nova de Lisboa IEFP — Instituto de Emprego e Formação Profissional IPE ISEFOC/UGT INESC JNICT LNEC LNETI SEARN — Secretaria de Estado Ambiente e Rec. Nat. SEIC — Secretaria Estado Juventude UP — Universidade do Porto.

PREÇO DE ASSINATURA:

ANUAL: 2500\$00

SEMESTRAL: 1250\$00
